



Número: **0600335-77.2024.6.16.0000**

Classe: **PROCESSO ADMINISTRATIVO**

Órgão julgador colegiado: **Colegiado do Tribunal Regional Eleitoral**

Órgão julgador: **Relatoria Corregedor Regional Eleitoral**

Última distribuição : **08/05/2024**

Valor da causa: **R\$ 0,00**

Relator: **LUIZ OSORIO MORAES PANZA**

Assuntos: **Proposta de Nova Resolução**

Objeto do processo: **Processo Administrativo nº 0600335-77.2024.6.16.0000, em que trata de minuta de Resolução, apresentada pela Secretaria da Corregedoria Regional Eleitoral do Paraná, que visa à destinação ambientalmente adequada de materiais de eleições, inclusive os decorrentes de apreensão de propaganda eleitoral irregular ; Ref. PAD nº 005388/2024**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes			Procurador/Terceiro vinculado	
CORREGEDORIA REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ (INTERESSADO)				
Procurador Regional Eleitoral1 (FISCAL DA LEI)				
Documentos				
Id.	Data	Documento		Tipo
43867707	14/05/2024 14:29	<a href="#">Acórdão</a>		Acórdão



## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

**ACÓRDÃO Nº 63.377**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO 0600335-77.2024.6.16.0000 – Curitiba – PARANÁ**

**Relator:** LUIZ OSORIO MORAES PANZA

**INTERESSADO:** CORREGEDORIA REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

**FISCAL DA LEI:** Procurador Regional Eleitoral1

### **RESOLUÇÃO Nº 931/2024**

Dispõe sobre a destinação dos materiais de propaganda eleitoral apreendidos pelas zonas eleitorais.

### **DECISÃO**

À unanimidade de votos, a Corte aprovou a proposta de Resolução, nos termos do voto do Relator.

Curitiba, 13/05/2024

RELATOR(A) LUIZ OSORIO MORAES PANZA

**O TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 22, inciso VII, de seu Regimento Interno,

Considerando o disposto no art. 225 da Constituição Federal, que garante a todos o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações,

Considerando a Lei nº 12.305, de 2.8.2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, cuja diretriz para a gestão de resíduos observa a seguinte ordem: não geração, redução, reutilização, reciclagem, tratamento dos resíduos sólidos e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos, e o Decreto nº 10.936, de 12.1.2022, que a regulamenta,



Considerando que o art. 37 da Resolução TSE nº 23.379/2012 proíbe a incineração como forma de eliminação de documentos na Justiça Eleitoral,

Considerando a necessidade de se estabelecer diretriz uniforme para a destinação dos materiais de propaganda eleitoral apreendidos pelas zonas eleitorais, bem como para evitar a poluição ambiental, inclusive a urbana, causada pelo derrame de santinhos no dia do pleito,

Considerando o teor do art. 125-A da Resolução TSE nº 23.610/2019 incluído pela Resolução TSE nº 23.688/2022, o qual determina que as corregedorias regionais, sob a supervisão da Corregedoria-Geral Eleitoral, deverão desenvolver ações e programas direcionados a mitigar os efeitos da poluição ambiental, sob todas as suas formas, decorrentes do exercício da propaganda eleitoral e que tais ações e programas propostos serão de caráter propositivo e não poderão restringir o pleno exercício da propaganda eleitoral,

## **RESOLVE**

**Art. 1º** Esta Resolução dispõe sobre a destinação dos materiais de propaganda eleitoral apreendidos pelas zonas eleitorais.

**Art. 2º** Após as eleições, candidatas, candidatos, partidos políticos, coligações ou federações terão o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da eleição, para:

- I - remover a propaganda eleitoral,
- II - promover a restauração do bem, se for o caso,
- III - retirar os materiais de propaganda apreendidos ou recolhidos, sempre que:
  - não servirem de prova a processo judicial;
  - não houver necessidade de manter todo o material arquivado após o trânsito em julgado do processo, a critério do juízo eleitoral.

**§ 1º** No caso de segundo turno, o prazo estabelecido no caput será contado a partir deste, para todos os cargos, na circunscrição da eleição respectiva.

**§ 2º** Aos cartórios eleitorais será facultado dar publicidade ao prazo definido, o que poderá ocorrer por meio de aviso no mural, e-mail encaminhado aos partidos políticos ou outro meio que o juízo eleitoral entenda adequado.

**Art. 3º** Não comparecendo a pessoa ou entidade responsável pela propaganda de que trata o art. 2º, III, o juízo eleitoral determinará a destinação do material para associações ou cooperativas de catadores de material reciclável, segundo diretrizes definidas no Plano de Logística Sustentável – PLS do Tribunal, ou para coleta



pelos serviços disponibilizados pela Prefeitura Municipal respectiva.

**Art. 4º** Os juízos eleitorais poderão realizar termos ou acordos locais com a finalidade de evitar a poluição decorrente de descarte inadequado de propaganda eleitoral ou do derrame previsto no § 7º do art. 19 da Resolução TSE nº 23.610/2019, e de promover a destinação adequada do referido material.

Parágrafo único. A formalização de instrumentos de cooperação previstos no caput deverá ser comunicada à Corregedoria Regional Eleitoral.

**Art. 5º** A unidade de Comunicação Social do Tribunal desenvolverá campanha institucional recomendando às candidatas, candidatos, partidos políticos, federações e coligações a correta destinação da sobra de materiais de propaganda eleitoral produzidos, e não utilizados durante a campanha eleitoral, e daqueles apreendidos pelas zonas eleitorais, como forma de mitigar a poluição ambiental, sob todas as suas formas.

**Art. 6º** A Corregedoria Regional Eleitoral poderá expedir orientações procedimentais aos juízos eleitorais, quanto ao determinado nesta Resolução.

**Art. 7º** Os casos omissos serão decididos pelo Corregedor Regional Eleitoral.

**Art. 8º** Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

**SALA DE SESSÕES DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ, em 13 de maio de 2024.**

**Des. SIGURD ROBERTO BENGTSSON**  
**Presidente**

**Des. LUIZ OSÓRIO MORAES PANZA**  
**Vice-Presidente e Corregedor Regional Eleitoral**

**DESª. CLAUDIA CRISTINA CRISTOFANI**

**JULIO JACOB JUNIOR**

**ANDERSON RICARDO FOGAÇA**

**GUILHERME FREDERICO HERNANDES DENZ**



**JOSÉ RODRIGO SADE**

**MARCELO GODOY**  
**Procurador Regional Eleitoral**

**EXTRATO DA ATA**

PROCESSO ADMINISTRATIVO (1298) Nº 0600335-77.2024.6.16.0000 - Curitiba - PARANÁ -  
RELATOR: DES. LUIZ OSORIO MORAES PANZA - INTERESSADO: CORREGEDORIA  
REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ.

**DECISÃO**

À unanimidade de votos, a Corte aprovou a proposta de Resolução, nos termos do voto do Relator.

Presidência do excelentíssimo senhor desembargador Sigurd Roberto Bengtsson. Participaram do julgamento os eminentes julgadores: desembargador Sigurd Roberto Bengtsson, desembargador Luiz Osorio Moraes Panza, desembargadora federal Claudia Cristina Cristofani e os desembargadores eleitorais Julio Jacob Junior, Anderson Ricardo Fogaça, Guilherme Frederico Hernandez Denz, e Jose Rodrigo Sade. Presente o procurador regional eleitoral, Marcelo Godoy.

SESSÃO DE 13.05.2024

